

## SAUDAÇÃO

### **Por uma cidade que defende os direitos LGBTQIA+ e promove a visibilidade desta luta**

A 28 de Junho de 1969 dá-se em Nova Iorque a revolta de Stonewall. Na noite de 27 de Junho de 1969, um grupo de polícias invadiu o bar nova-iorquino Stonewall-Inn, espancou pessoas homossexuais e transgénero, prendeu todos os travestis que se encontravam no bar. Nessa noite as pessoas resolveram resistir: as pessoas atacadas e presas contaram com a solidariedade dos habitantes locais e tudo só terminou com a decisão do Presidente da Câmara de acabar com a violência policial. Nos Estados Unidos, como no resto do mundo, a partir daí, a celebração da resistência tornou-se a marcha do orgulho.

50 anos depois de Stonewall, em 2019, pela primeira vez, um responsável máximo em funções pela polícia nova-iorquina e em declarações oficiais resolveu assumir o carácter discriminatório dessas ações. O comissário James O'Neill declarou numa conferência de imprensa sobre a segurança dos eventos do Pride 2019, perante ativistas dos direitos sexuais, que "o que aconteceu não devia ter acontecido". Acrescentou ainda que "as ações tomadas pelo Departamento de Polícia de Nova Iorque estavam puras e simplesmente erradas. As ações e leis eram discriminatórias e opressivas e por isso peço desculpa". 15 anos depois de, em 2004, Seymour Pine, um dos polícias diretamente envolvidos no caso - o inspetor de polícia que tinha liderado as operações - ter pedido publicamente desculpa pela sua responsabilidade na repressão contra a comunidade LGBTQIA+. Tem sido uma caminhada lenta, com tanto de resistência como de perseverança.

Em Portugal, a revolta de Stonewall foi assinalada pela primeira vez em 1995, com um encontro na discoteca Climacx, em Lisboa, que foi notícia na imprensa e pode ser considerado um antecedente do primeiro Arraial Pride, que teve lugar em 1997, depois do nascimento da ILGA. Mas não são dessa altura os primeiros vestígios históricos de insurgência - e de opressão: décadas antes, durante o fascismo, escritores como Judith Teixeira ou António Botto tinham visto livros seus serem queimados por exporem publicamente "imoralidades"; Valentim de Barros, bailarino de sucesso internacional estava internado no hospital psiquiátrico Miguel Bombarda, depois de submetido a uma lobotomia, sob o diagnóstico de "homossexualidade". A Revolução do 25 de abril abriu as portas, logo em maio desse ano, ao primeiro manifesto LGBT publicado nos jornais da época: "Liberdade para as Minorias Sexuais", da autoria do recém-criado Movimento de Ação Homossexual Revolucionária, que suscitou a reação do general Galvão de Melo, da Junta de Salvação Nacional, que declarou na televisão: "A revolução não foi feita para prostitutas e homossexuais".

Segundo a investigadora Ana Cristina Santos, até 1996 não há qualquer registo das palavras "homossexual", "gay", "lésbica", "bissexual" ou "transgénero" nos debates do Parlamento nacional. Só a partir desse ano, o movimento começa a ter as primeiras conquistas legais suscitadas diretamente pela sua ação, graças ao ativismo e à mobilização que trouxeram nos últimos anos mudanças legislativas e políticas públicas fundamentais: união de facto, princípio de não

**Assembleia Municipal do Porto**

discriminação na Constituição e no Código do Trabalho, casamento, adoção, lei da identidade de género, programas anti-discriminação, entre muitas outras.

Em Portugal são mais de vinte as marchas LGBTQIA+. Às marchas de Lisboa e do Porto, com uma história mais antiga (a primeira estreou-se em 2000, a segunda em 2006, na sequência da morte violenta de Gisberta Salce Junior), somam-se as de Sintra, Aveiro, Bragança, Faro, Guimarães, Coimbra, Ponta Delgada, Barcelos, Braga, Santarém, São João da Madeira, Leiria, Vizela, Funchal, Viseu, Covilhã, Caldas da Rainha, Esposende, Setúbal, Famalicão e pela primeira vez Évora, Chaves, Santo Tirso, Ovar, Felgueiras e Tomar. Marcadas pela presença de milhares de jovens em todo o país, estas manifestações não são apenas uma irrupção reativa no espaço público, mas um movimento contínuo, que todos os anos cresce em número de pessoas e na sua extensão territorial. No próximo dia 8 de julho, tem lugar a 18ª Marcha do Orgulho LGBTQIA+ do Porto.

É imperioso que, em conjunto, trabalhem para denunciar e combater todas as violências. O Porto, sendo uma cidade diversa e respeitadora dessa diversidade, pode e deve apoiar as iniciativas públicas que procuram visibilizar esta causa, contribuindo para a eliminação de todas as formas de discriminação, violência e silenciamento das pessoas LGBTQIA+. A LGBTQfobia e as suas múltiplas formas de violência continuam a marcar o quotidiano de milhares de pessoas, há uma nova onda de ódio conservador (e por isso de medo), em mais de 60 países a homossexualidade ainda é considerada um crime, os padrões da desigualdade de género resistem apesar das mudanças legais, a precarização da vida afeta sempre mais quem soma fatores de discriminação, a visibilidade das expressões LGBTQIA+ está longe de ser representativa.

*Assim, a Assembleia Municipal do Porto, reunida em sessão ordinária no dia 26 de junho de 2023, delibera:*

- 1) Saudar a realização da 18ª Marcha do Orgulho LGBTQIA+ da cidade do Porto, todas as organizações nela envolvidas bem como todas as pessoas que no próximo dia 8 de julho nela participem.
- 2) Recomendar à Câmara Municipal
  - a. Que acolha a solicitação da Comissão Organizadora da Marcha do Orgulho do Porto para que o Arraial da Marcha deste ano se realize no centro da cidade.
  - b. Que proceda à elaboração do plano municipal LGBTQIA+ aprovado pela Assembleia Municipal do Porto em 2021, em coerência com o previsto na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

(remeter à Comissão Organizadora da Marcha do Orgulho LGBT+ do Porto)